

## ***Uma síntese da segunda edição da Conferência Internacional “Administração pública para o século XXI: Oportunidades e Desafios”***

*Liu Yaping\**

A segunda edição da Conferência Internacional “Administração pública para o século XXI: Oportunidades e Desafios” teve lugar de 31 de Outubro ao Primeiro de Novembro de 2006 em Macau. Foi uma iniciativa conjunta entre a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, o Centro de Administração Pública da Faculdade de Assuntos Políticos da Universidade Dr. Sun Yat-sun, a Universidade de Macau e a Fundação Macau, que contou com a presença de mais de 80 especialistas provenientes de 16 países, tais como, os Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália, a França, a Holanda, a Suécia, a Grécia, Singapura, o Japão, a Coreia do Sul, o Vietname, a Indonésia, a Índia, as Filipinas, o Brasil e a China, e dos territórios de Hong-Kong, Macau e Taiwan.

Na cerimónia inaugural, em representação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, a Secretária para Administração e Justiça, Dra. Florinda Chan, pronunciou um discurso em que fez uma retrospectiva do percurso das reformas levadas a cabo pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau e perspectivou as futuras reformas. Representantes da Associação de Administração Pública da China, da Associação Internacional de Ciências Administrativas, do Instituto Nacional de Administração da França e da Associação de Administração Pública de Hong Kong fizeram intervenções temáticas, que definiram os tópicos para a Conferência, lançando assim bons alicerces para o sucesso deste evento. Na cerimónia, Ms. Antoinette A. Samuel, representante da “American Society for Public Administration” galardoou com o “International Public Administration Award, 2006” o Professor Xia Shuzhang, da Universidade Dr. Sun Yat-sun, em homenagem aos seus extraordinários contributos para a área da administração pública. O galardoado é o único estudioso asiático ganhador deste prémio.

---

\* Chefe auxiliar do Centro de Administração Pública da Faculdade de Assuntos Políticos da Universidade Dr. Sun Yat-sun.

O século XXI é uma nova era da globalização e da economia do conhecimento. O Governo como promotor da administração pública, políticas e medidas, indubitavelmente confrontar-se-á com toda a espécie de oportunidades e desafios. Como servirmo-nos das oportunidades para superar os desafios, contribui para nós promovermos o desenvolvimento da teoria e a prática da administração pública. Neste evento de apenas um dia e meio, os participantes pronunciaram-se sobre sete grandes temáticas que são: “Reflexões sobre a administração pública”, “A cooperação regional e a administração pública regional”, “Acerca do orçamento público e da gestão financeira”, “Sobre as inovações do modelo de prestação dos serviços públicos”, “Sobre o regime dos funcionários públicos e a gestão dos recursos humanos”, “Sobre a estratégia de desenvolvimento da administração pública no período de transição social” e “Gestão das crises públicas”. Tudo decorreu num diálogo construtivo. Neste seminário, deram-se a conhecer os últimos estudos internacionais nas supracitadas sete grandes áreas. O evento bem merece ser chamado de um “Grande banquete de pensamentos”. Eis uma síntese sobre a Conferência:

### **1. “Reflexões sobre a administração pública”**

O percurso secular da administração pública está cheio de polémicas e reflexões. Foi nestas polémicas e reflexões que se tem vindo a desenvolver e crescer a administração pública. Uma das temáticas mais importantes deste seminário foi precisamente as reflexões sobre o desenvolvimento da administração pública, associando as análises do panorama actual a uma perspectiva, mostrando assim as grandes correntes históricas, a fim de reforçar o sentido histórico dos estudos da administração pública, o que mostra a continuidade e o desenvolvimento desta ciência. O Professor Richard C. Box (University of Nebraska at Omaha, USA) fez profundas reflexões sobre os valores da administração pública, com marcada tendência conservadora, que está a ganhar terreno nos Estados Unidos da América. Ele acha que se trata de valores que constituem agressões, que tomam a própria economia como seu objectivo, que permitem grande injustiça social e que tomam o globo como objecto de desenfreadas actividades comerciais. São valores completamente contraditórios aos valores que dão realce à cooperação, abertura, uso da economia como um mero meio, à restrição à injustiça social, à consideração do globo como o lar comum da humanidade que deve ser protegido, entre outros valores progressistas. Apelou aos estudiosos da administração pública para enca-

rarem activamente esta questão, conjugando esforços à procura dos valores da administração pública de tendência progressista. Para estudiosos vindos da Meijigakuin University, Japão e da National Chi Nan University, Taiwan, como o Professor Mao Guirong, os estudos da administração pública do Japão têm grandes deficiências, a nível prático, enfrentando-se com uma grave “crise de identidade”. O Professor Liao Junsong, por sua vez, fez uma apreciação sobre as experiências acumuladas nos últimos cinquenta anos em Taiwan, no que diz respeito às reformas da administração pública, frisando que as futuras reformas da administração pública deverão estudar como superar os hábitos de lutas ideológicas entre o partido no poder e a oposição. Deverão respeitar e defender os valores da neutralidade do sistema burocrático civil e institucionalizar as oportunidades e as vias da participação dos cidadãos. O Doutor Yan Changwu, situando as suas reflexões e críticas sobre a administração pública num contexto de primazia histórica ocidental e através da demonstração de alternativas entre a democracia e a eficiência, destaca que uma percepção e resolução das tensões entre a democracia e a eficiência, é a chave para possíveis queixas contra a legitimidade da administração pública. Ele advoga que é com base na justiça social, serviços públicos, administração democrática e participação dos cidadãos que vão resolver-se as dificuldades lógicas da administração pública.

## **2. “A cooperação regional e a administração pública regional”**

Hoje em dia, perante a globalização, a cooperação regional e a administração pública regional têm conhecido um desenvolvimento sem precedentes, tornando-se num novo ponto quente da área da administração pública do século XXI. Neste seminário, os peritos e estudiosos vindos dos mais variados países mostraram-se muito entusiasmados com este tema e centraram as suas discussões sobre três aspectos, dos quais um é a delegação de poderes aos governos autárquicos pelo Poder Central. Por exemplo, Marlan Hutahaeon da University of HKBP, Indonésia, através da análise das circunstâncias da descentralização e da autonomia regional levadas a cabo na Indonésia, a partir de 2001, explica a formação da política de autonomia regional, a sua aplicação e o seu desempenho. Acha que como o público e os funcionários têm percepções diferentes sobre o significado e os objectivos da política de autonomia regional, na sua aplicação, enfrentam-se com muitos problemas. Por isso, não têm sido

conseguidas as metas, ao fim de cinco anos. O Doutor Yang Aiping frisa o desenvolvimento desequilibrado entre as regiões da China, e lança um novo esclarecimento, ao afirmar que uma das importantes origens institucionais do desenvolvimento desequilibrado entre diferentes regiões da China reside nos direitos de desenvolvimento diferentes. O desenvolvimento regional integrado não deve processar-se com a ideia de “centralização de poderes”, mas sim com uma política para o desenvolvimento regional integrado, do ponto vista de cima para baixo. Um segundo problema são as relações entre os órgãos de gestão e os seus objectos. Para os participantes, o bom funcionamento da cooperação regional precisa de superar um modelo unipolar, de modo a criar uma rede sistemática de gestão que tenha o Governo como corpo principal e que inclua o mercado, as empresas e os cidadãos, que formam os “múltiplos poderes”. O Professor Kuotsai Tom Liou da University of Central Florida, dos Estados Unidos da América, é de opinião que, para resolver o problema do desenvolvimento desequilibrado e a injustiça social, é preciso servir-se da teoria da administração, sobretudo da integração da capacidade do Governo, das organizações populares e redes sociais. Janann Medeiros, da Universidade de Brasília, Brasil, numa moldura de relações inter-governamentais, explora os mecanismos da cooperação e do controlo dos assuntos dos poderes autárquicos, lançando a ideia de várias formas de cooperação inter-governamental, que são a rede estável, a rede dinâmica e a rede interna. O Doutor Liu Yanping, focando o caso da limpeza do Qingshuijiang, analisa as insuficiências das iniciativas internas do Governo central, dos poderes autárquicos e da Comissão dos Aldeões como corpos da administração local. Pensa ser preciso haver mecanismos permanentes de administração dos assuntos públicos regionais para garantir uma gestão atempada e eficaz. Um terceiro aspecto são as análises e os estudos sobre os casos concretos da cooperação inter-regional. A Professora Chen Ruilian, da Universidade Dr. Sun Yat-sun, falando nos resultados dos seus estudos sobre o mecanismo de coordenação inter-regional dos países da União Europeia, opina que as características do mecanismo de coordenação inter-regional dos países da União Europeia reside num sistema multinível e em rede, que cria modelos de gestão para os problemas inter-regionais, as zonas inovadoras, a cooperação transfronteiriça, a gestão de cursos fluviais internacionais, num processo integrado com múltiplas medidas legais, económicas e administrativas. O Professor Chen Hongyu, do “Guangdong Institute of Public Administration”, seguindo os percursos das mudanças nas políticas regionais da Inglaterra, desde os

anos 20 do século XX, analisa os argumentos das alterações das políticas regionais no período pós-industrial e a actual tendência de “Dupla aglomeração”, em termos regionais e industriais. De acordo com o processo de passagem das políticas regionais da Inglaterra de iniciativas exteriores para internas, este lança a ideia de que a Província de Guangdong deve servir-se das experiências britânicas para promover a centralização regional e industrial. Os estudiosos provenientes de Hong-Kong, Macau e Guangzhou prestaram muita atenção à cooperação entre os 3 lugares. Para o Doutor Yue Jinglun, a integração mais aprofundada entre Guangdong e Hong-Kong lança sérios desafios para a gestão pública e as políticas entre ambas as partes, que devem desembaraçar-se dos limites e restrições do tradicional âmbito de gestão e pensar, projectar, elaborar e levar a cabo políticas públicas num contexto inter-regional. O Professor Chen Zhangxi é de opinião que o desenvolvimento do aglomerado urbano do Delta do Rio das Pérolas deve ser administrado duma maneira integrada, passando de uma gestão descentralizada regional de recursos, para uma gestão integrada para se poder concorrer com os aglomerados urbanos dos países desenvolvidos, em pé da igualdade.

### **3. Acerca do orçamento público e da gestão financeira**

Perante as vagas de reformas administrativas e de reconstrução do Governo por este mundo fora, como criar um Governo que “faz melhor e gasta menos”, constitui um tema quente que desperta a atenção de todos os estudiosos. O Professor Yun-jie Lee, da National Open University, Taiwan, expõe sobre o resultado do orçamento do novo desempenho e a primazia das empresas, assinalando que as políticas do orçamento e do desempenho são inseparáveis. O Professor Ma Jun, a partir da teoria das despesas comerciais, explora os motivos e as principais formas dos regimes informais nos orçamentos provinciais da China, e diz que os regimes informais existentes no orçamento provincial da China são criados pelos políticos das gestões provinciais para resolver o problema das despesas comerciais, quando elaboram e concretizam os contratos orçamentais. Existem três regimes orçamentais horizontais: 1. A propriedade do orçamento; 2. As categorias parciais; 3. As categorias totais. À volta deste regime informal, cria-se um regime vertical que se baseia em “ligações”. A Professora Ye Juanli, da Universidade de Wuhan, através de uma viagem de estudo à Coreia do Sul, analisa os poderes orçamentais da Assembleia Nacional da República da Coreia do Sul e assinala que as

características básicas do orçamento sul-coreano são a firmeza nos princípios e a flexibilidade nos pormenores. Frisa ela que quando se analisa um orçamento para ter uma ideia da política, o que se pode ver são questões técnicas, mas que reflectem a política. Ao fim e ao cabo, as análises a nível jurídico e positivistas sobre os poderes orçamentais da Assembleia Nacional da República da Coreia do Sul podem oferecer inspirações do conceito de reformas para os projectos orçamentais futuros da China. A Doutora Niu Meili, da Universidade Dr. Sun Yat-sun, ao analisar as reformas do desempenho baseado na prática orçamental da província de Guangdong, que é a pioneira da China com esta prática, mostra como tem sido levado a cabo o desempenho baseado na prática orçamental. Baseando-se nas experiências do desempenho baseado na prática orçamental dos países desenvolvidos e através de entrevistas com funcionários da Província de Guangdong e da análise dos documentos pertinentes, ela procedeu ao exame dos desafios políticos e administrativos com que se enfrentaram os reformistas de Guangdong. Vários universitários filipinos apresentaram comunicações no que diz respeito à criação de receitas locais e à mobilização dos recursos, dando conhecimento das experiências filipinas nestas áreas.

#### **4. Sobre as inovações do modelo de prestação dos serviços públicos**

O movimento da nova gestão pública tem como temática importante reformar os modelos da gestão pública e da prestação de serviços. Parte dos participantes focaram “Sobre as inovações do modelo de prestação dos serviços públicos”, dando a conhecer muitos pontos de vista clarividentes. O investigador Jia Linmin, Vice-secretário geral da Chinese Public Administration Society expôs sobre o mecanismo de inovações da prestação dos serviços públicos, achando que a China tem conseguido alguns sucessos nesta área, simultaneamente enfrentando muitos problemas e deficiências. Por exemplo, o actual modelo é o único de prestação dos serviços públicos, o que faz com que as políticas de prestação dos serviços públicos não possam reflectir as necessidades dos cidadãos. Ele propõe inovações para o mecanismo decisório da prestação dos serviços públicos, do fornecimento e da criação dos serviços públicos e de vigilância e gestão do fornecimento dos serviços públicos.

Para o Professor Zhiyong Liu, da Tohoko University, Japão, o modelo de prestação dos serviços públicos da sociedade moderna apresenta

uma tendência de flexibilidade. Tomando como caso concreto o fornecimento dos serviços públicos das cidades japonesas, forneceu informações sobre a prática de multipolares modelos de fornecimento dos serviços públicos no Japão, achando que esta rede suave, formada pelo Governo, empresas e organizações não lucrativas, entre outras componentes plurais, pode adaptar-se melhor às exigências dos serviços públicos por parte dos cidadãos. O Professor Wang Tinghui, da Universidade de Ji'nan, falou sobre as mudanças entre as fronteiras dos produtos públicos e o fornecimento privado dos produtos públicos, achando que as fronteiras e os âmbitos dos produtos públicos são de facto muito difíceis de serem demarcados com clareza. A maioria dos produtos situa-se entre os produtos públicos puros e os produtos privados puros. Apesar de o Governo ter sido o principal fornecedor dos produtos públicos, com a introdução do regime de propriedade, da organização e da técnica, entre outros recursos exclusivos, os produtos públicos podem ser eficazmente fornecidos pelos privados. Nos processos concorrenciais do mercado, as acções empresariais mostram que os produtos públicos podem ser fornecidos, através de várias vias privadas. O Professor Lan Zhiyong, da Arizona State University dos Estados Unidos da América lançou uma moldura para avaliar a eficiência e os benefícios da prestação dos serviços públicos, isto é, uma estrutura concorrenciais baseada no sistema burocrático, mercado e controlo e uma estrutura de rede baseada nas organizações orientadoras. O Professor Jules Wills, da University of Canberra, Austrália, deu a conhecer uma nova experiência australiana na prestação dos serviços públicos, que se chama Centrelink. Foi introduzido em 1997. Trata-se duma reforma em consequência do conceito da nova gestão pública, que separa a prestação dos serviços da decisão política e introduz os contratos entre as partes envolvidas para melhorar o sistema de responsabilização do Governo. Realça a possibilidade de divulgação deste arranjo institucional e a sua inspiração para o futuro desenvolvimento dos serviços públicos. O Professor M. Ramesh do Lee Kuan Yew School of Public Policy, National University of Singapore, tomando como exemplo a assistência médica na Tailândia, analisa as inovações tailandesas na prestação dos serviços médicos. A Professora Fu Liping, da Universidade de Tianjin, exemplificando com o caso de Hong Kong, falou sobre a construção e a inovação do modelo de prestação dos serviços públicos. Para ela, o modelo de prestação dos serviços públicos de Hong-Kong está fortemente influenciado pelo movimento da nova gestão pública, dando ênfase à socialização e à privatização dos serviços públicos, fazendo com que o Governo, a socie-

dade e as empresas cooperem e assumam as responsabilidades na prestação dos serviços públicos. Nguyen T.K.C. da Gyeongju University, Coreia do Sul, fez uma avaliação da política de recolha de lixo urbanos no Vietname, realizando análises concretas sobre a recolha de lixo como um serviço público e perspectiva sobre o seu futuro desenvolvimento. Muitos participantes têm mostrado interesse pela prestação dos serviços públicos na China. O Professor Wang Yunjiu, da Universidade de Nanquim, falou sobre as funções e os obstáculos institucionais do modelo de prestação dos serviços públicos na China, achando que o modelo dos serviços públicos da China está a experimentar uma transição de um único modelo para múltiplas formas. Na principal moldura de prestação dos serviços públicos, as ONG têm as suas vantagens, mas para o seu próprio desenvolvimento, precisam de apoios do Governo. O Professor Wen Laicheng, da Universidade Central das Finanças e Economia, falou sobre a carga fiscal dos imóveis, que deve ser compatível com o modelo da gestão pública comunitária das cidades e vilas e com as suas capacidades de prestar serviços públicos. Na criação da política fiscal para os imóveis, deve colocar-se em primeiro lugar o princípio “Todos têm direito à habitação”, inclinando-se para os interesses dos grupos desfavorecidos. É preciso levar a cabo a título experimental o regime de autonomia financeira nas zonas urbanas e de vilas da China continental, fazendo com que os próprios habitantes possam participar nos ajustes da fiscalidade, criar um mecanismo de arbitragem de conflitos na avaliação dos imóveis, que se adapte às circunstâncias reais chinesas e que defenda os legítimos direitos dos contribuintes.

## **5. Sobre o regime dos funcionários públicos e a gestão dos recursos humanos**

Para criar um governo eficiente e responsável, é preciso um contingente de funcionários excelentes e de alta qualidade. Esta temática despertou grande interesse por parte de muitos participantes. O Professor James N. MacGregor, da University of Victoria, Canadá, focou um caso de conhecimento geral, mas que não tem merecido estudo como deve ser. Trata-se da comparência dos doentes nos empregos. Através de dois casos concretos, ele conclui que os estudos sobre o desempenho organizativo não deve só concentrar-se no fenómeno de faltas, mas também na comparência dos doentes nos empregos. Através da análise a um inquérito, feito junto dos funcionários públicos canadianos, ele apela para



que as pessoas, sobretudo gestores, devam ter consciência do perigo que representa a comparência dos doentes nos empregos. É preciso, mediante alguma sensibilização para a saúde, tentar melhorar o estado físico dos funcionários. Esta temática despertou grande interesse nos participantes. Alguns acharam que na cultura chinesa, a comparência dos doentes nos empregos é moralmente louvável. Até há quem se ofereça de bom grado em situações de sobrecarga de trabalho. Mas são, de facto, problemas que influenciam o desempenho do trabalho.

O Professor Tobin Yim, da Seoul National University, Coreia de Sul, falou sobre a dimensão temporal nas organizações públicas. Baseado num estudo sobre cinco instituições do Estado do Indiana dos Estados Unidos da América, descobre que factores como o trabalho extra, o trabalho repetitivo, o género, os afazeres domésticos e os grupos etários não são tão importantes como a dimensão temporal. Os níveis governamentais, a consciência das metas, o stress do tempo, a sensibilidade política e o tempo dedicado às reuniões, são variantes que contribuem para que os funcionários se sintam apertados no tempo. Ele opinou que, para melhorar o desempenho dos departamentos públicos, sobretudo os que o sistema da avaliação de desempenho ainda está a aperfeiçoar, é preciso dar mais atenção à dimensão temporal.

O Professor Jing Huaibin fez uma leitura sobre os resultados dos mecanismos de incentivos e prémios e as influências do grau de satisfação dos mecanismos de incentivos e prémios e o seu funcionamento. Com base numa análise sobre o próprio texto do regime dos funcionários públicos e um inquérito por escrito, em entrevistas estruturantes do projecto de estudo definido, nos resultados duma avaliação subjectiva do mecanismo de incentivos, no grau de satisfação de trabalho como indicadores de resultados dos incentivos e tomando o vencimento, os prémios e penalizações, a cultura da organização e a promoção como as variantes, apurou que os resultados dos prémios para os funcionários e o grau de satisfação de trabalho dos mesmo não são na sua totalidade muito elevados. Os resultados dos prémios aumentam com o avanço da idade, mas é decrescente, em relação às promoções. Em relação aos resultados dos prémios para os funcionários, o regime de incentivos da cultura organizativa tem um papel muito destacado. As promoções ocupam um segundo lugar e os prémios, um terceiro lugar. Os incentivos salariais não se revelam significativos no comportamento dos funcionários.

Lin Tinjin, da University of Hong Kong fez um inquérito sobre os interesses individuais, as habilitações literárias e os percursos de trabalho, sobretudo a mobilidade política de 264 presidentes de câmara municipal do Continente da China, chegando à conclusão de que quanto maior é a mobilidade destes dirigentes, maior é o desenvolvimento económico das cidades por onde passam. O Professor Guh Muh-chyng da National Taipei University, Taiwan, falou sobre a prevenção da corrupção, opinando que para que os funcionários públicos tenham coragem de denunciar os casos de corrupção, é preciso criar mecanismos de estímulo para que tenham fortes motivos para proceder à denúncia. Do ponto de vista do reforço teórico, analisou os diplomas legais sobre a denúncia dos casos de corrupção e os seus regimes, com incidência na sua realidade e deficiências.

## **6. Sobre a estratégia de desenvolvimento da administração pública no período de transição social**

Os participantes desenvolveram uma acesa discussão sobre o tema “Como fazer com que o desenvolvimento da administração pública se adapte à tendência geral da actual sociedade para conseguir o seu próprio desenvolvimento”. O Professor Iwona Sobis, da University of Skövde, Suécia, analisou os papéis dos peritos no processo de transição dos países da CEE, revelando como é que os mesmos peritos ocidentais têm originado grande confusão. Neste aspecto, os participantes identificaram-se com o seu ponto de vista, achando que se deve levar em consideração a prática dos países que se encontram num processo de transição para estudar políticas reformistas de resposta correspondentes a realidades diferentes. Para o Professor Ni Xing, perante o desenvolvimento sócio-económico da China, a legitimidade do Governo enfrenta-se com uma passagem da tradição à modernidade, nos momentos em que o apelo ideológico é cada vez mais reduzido nos seus efeitos e se nota uma relativa falta de recursos jurídicos; o Governo depende, em grande medida, da “legitimidade do desempenho” e através dela, procura conseguir a base da sua legitimidade. Mas a procura única do conceito de realização que reside no desenvolvimento económico provoca os desequilíbrios do desenvolvimento social. É preciso acelerar a transição dum regime de pressão para um regime de cooperação democrática, a fim de aumentar o grau do reconhecimento dos cidadãos. É preciso empenhar-se no conceito do desenvolvimento científico, fazendo todos os esforços para criar uma sociedade harmoniosa e introduzir o conceito da nova administração pública e estimular a

concorrência do mercado, dando realce à orientação de serviços para os clientes e as incidências para os resultados. Devem impor-se restrições institucionais e regimentais aos funcionários dirigentes.

Xun Wu, do Lee Kuan Yew School of Public Policy, National University of Singapore, através da análise quantitativa dos problemas da corrupção dos países asiáticos, lançou um quadro de análise, que abrange os corruptos activos e os passivos, achando que as características empresariais, as envergaduras empresariais, o ambiente do mercado, o aluguer e o ambiente administrativo e legal são factores que estão na origem das procuras empresariais do “rent-seeking” que dão lugar à corrupção do Governo, que possam ter os seus factores internos e externos. O Professor Panagiotis Karkatsoulis, do National School of Public Administration, Grécia, frisou, a nível das políticas públicas e da ideologia, a corrupção e anti-corrupção, O Professor Wang Lefu, da Universidade Dr. Sun Yat-sun analisou em pormenor os problemas dos crimes relacionados com os cargos públicos, achando que a participação dos cidadãos tem uma função básica e insubstituível na construção de um regime preventivo contra os crimes relacionados com os cargos públicos. A deficiente percepção da conotação da participação dos cidadãos e a construção de um regime insuficiente e deficiente são origens reais do continuado enfraquecimento da vigilância por parte dos cidadãos. Sob os contextos do desenvolvimento democrático e político, a expansão do regime preventivo contra os crimes relacionados com os cargos públicos deverá começar pela educação da gestão pública junto dos cidadãos, como ponto fulcral, orientar e apoiar o crescimento da sociedade civil, destacar a responsabilidade de resposta do Governo e integrar os mecanismos de vigilância estatal actualmente existentes.

O Doutor Manoj Dixit da Lucknow University, Índia, falou, do tratamento de informações, de como nas condições da falta de infra-estruturas e técnica ter melhorado o acesso à informação dos cidadãos, de maneira a promover a qualidade da democracia e melhorar a capacidade de gestão do Governo, na Índia, uma das maiores democracias do mundo. O Professor Ian Scott, do Asia Research Centre, Austrália, acha que a avaliação da capacidade administrativa dos departamentos públicos é uma componente muito importante das reformas da administração pública. A cultura administrativa e a cooperação administrativa são muito importantes. Sem dúvida, dada a importância destas duas componentes, seria muito difícil serem bem sucedidas as reformas administrativas, se se negligenciar

ciar qualquer delas. Lin Yuan, da Universidade de Macau, explorou como sob o “princípio da liderança administrativa”, o Governo é levado a pôr em prática uma “boa governação” e a criar relações do sistema da vigilância mútua entre o poder legislativo e o poder judicial. Para Li Jianhua, o grau da ética do regime de prestação dos serviços e do regime da sua aplicação influencia o desenvolvimento e os progressos sócio-económicos; por isso, acha que a China, no actual processo de prestação de serviços, deve prestar mais atenção à ética e começar pelos valores, arranjos institucionais e critérios de comportamento para melhorar o grau da ética dos serviços públicos do Governo chinês.

## 7. Gestão das crises públicas

Desde o surto da pneumonia atípica, que se verificou em 2003, a gestão das crises públicas tem despertado grande atenção do meio teórico e prático da administração pública da China. Neste seminário, os participantes chineses da China e fora dela, têm desenvolvido estudos construtivos sobre esta temática. O Professor Boorsma Peter Baukede, da Twente University, Holanda, destacou a importância da gestão das crises. Para ele, devido à humanidade não poder prever com exactidão o futuro, cada pessoa tem de ser necessariamente um gestor de crises. Ele toma como exemplo a gestão das crises do Governo holandês para dar a conhecer um modelo estandardizado para a gestão das crises e também fez comentários sobre a falta de preocupação do Governo holandês pela tendência da gestão das crises futuras. O Professor Roy Rimington, do Civil Service College, Singapura, acha que os gestores modernos não devem evitar falar nas crises. Para desafiar as novas eras, precisamos de ter novas ideias de gestão e gerir as crises, a partir das componentes estratégica e operacional; poderemos explorar as experiências da “Balanced Scorecard” (BSC) de Singapura, que deram a conhecer como combinar as componentes estratégica e operacional na gestão das crises.

O Professor Jan Chung Yuang, da Taiwan National Chengchi University, tomando como exemplo o terramoto de 21 de Setembro, lançou duma maneira inovadora a ideia da prevenção das calamidade naturais, a partir duma gestão de conhecimentos. Frisa que perante a época da nova gestão, o modelo da gestão das crises do Governo deve desenvolver-se paulatinamente para um modelo em rede, não podendo somente servir-se da autoridade do Governo, mas precisando recorrer à conjugação de esforços entre os membros em rede. Como o Governo

tem poderes e primazia nos recursos, nos modelos da gestão das crises em rede, desempenha a função de orientador e coordenador.

O Professor Shi Lei, do Instituto Nacional de Administração da China, frisou que a gestão das crises públicas da China, no período de transição, deve enfrentar-se com três grandes desafios. Primeiro, usar a gestão compreensiva das crises públicas como uma interface de entrada para promover a criação e o aperfeiçoamento dos regimes básicos. Segundo, tomar a prevenção e o tratamento dos incidentes colectivos como o principal conteúdo da gestão das crises públicas para melhorar as relações entre a função da gestão das crises e a capacidade da gestão quotidiana do Governo. Terceiro, na gestão das crises públicas, ter uma boa relação com a comunicação social.

Em síntese, o seminário, desde a sua organização até à sua abertura, foi objecto de atenção e apoio de muitos estudiosos. Durante e após o evento, os participantes e os observadores mostraram um grande apreço sobre uma tão bem sucedida organização. Para os participantes, esta conferência foi um grande evento no âmbito das ciências da administração pública. Os colegas do mundo inteiro, que tomam como sua própria tarefa promover o desenvolvimento teórico e prático da administração pública, a nível planetário, viram-se reunidos numa conferência, onde fizeram intercâmbios e estudos suficientes sobre as áreas mais pioneiras da gestão pública para o século XXI. Os participantes aprenderam com a troca das experiências, de que saíram todos muito beneficiados. Através de acesas discussões académicas e intercâmbios, tomaram conhecimento de novos pontos de vista, novas matérias, novas áreas e novas metodologias. Isto resulta numa criação conjunta e sinergia benéfica entre os organizadores e os participantes. Alguns funcionários públicos da Região Administrativa Especial de Macau também apresentaram as suas comunicações e várias centenas de funcionários assistiram às sessões de comunicações dos oradores e participaram nas discussões, o que mudou a anterior situação em que os seminários académicos eram dominados pelos estudiosos, imprimindo assim um forte cunho de envolvimento entre a teoria e a prática da gestão pública a este evento.

